

# MULHER E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS INGRESSOS NO IFG DE 2008 A 2018

Aryadne Rodrigues Moreira<sup>1</sup>

Leticia Caroline Ordones Ferraz Fonceca<sup>2</sup>

## RESUMO

O acesso à educação dá ao indivíduo a oportunidade de autoconstrução e de se reconhecer como capaz de escolhas, o direito à educação é um instrumento de redução das desigualdades e das discriminações. O artigo pretende evidenciar resultados preliminares de um estudo em fase inicial que visa analisar o desenvolvimento do ingresso da mulher no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFG. Foi estudado a quantidade de homens e mulheres que ingressaram nas várias modalidades de ensino e campus do instituto. Os resultados indicam a predominância masculina continua na maioria dos cursos e modalidades de ensino, exceto com a entrada excepcional de mulheres nos cursos Alimentação escolar, Infraestrutura escolar, Multimeios didáticos e Secretaria escolar, cursos que reforçam a visão patriarcal do ser feminino como cuidadora, auxiliadora e submissa.

Palavras Chaves: Mulheres, Educação, acesso, IFG.

## INTRODUÇÃO

Quando um indivíduo ou um grupo de pessoas não tem direito à educação ele conseqüentemente é privado de direitos fundamentais, o que impossibilita o acesso à igualdade e a cidadania. Atualmente no Brasil a partir da Constituição de 1988 o direito à educação é um dos direitos fundamentais a todos os brasileiros, mas nem sempre foi desta forma, alguns grupos já foram privados desse direito, como as mulheres (BRASIL,2018).

Historicamente as mulheres sofrem com limitações de liberdade e individualidade impostas pela sociedade patriarcal<sup>3</sup>. Apesar dos avanços e direitos já conquistados como direito a vida política, acesso à educação, direito ao divórcio, e se inserir no mercado de trabalho. Ainda há preocupações como destaca Phumzile

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração Ciências Contábeis e Ciências Econômicas – FACE – UFG. Pós-Graduada em Gestão e Políticas da Educação Profissional e Tecnológica

<sup>2</sup> Graduada em Direito pela Faculdade de Direito – FD – UFG. Pós-Graduada em Gestão e Políticas da Educação Profissional e Tecnológica

<sup>3</sup> Será usada as definições de Lia Zanotta no seu artigo: “Perspectivas em confronto: Relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?” (2000), sobre a utilização do conceito de gênero e patriarcado.

Mlambo-Ngcuka, diretora-executiva da ONU Mulheres, “elas ainda enfrentam desigualdades no acesso a empregos dignos e à educação de qualidade, sobretudo porque gastam mais tempo que os homens em tarefas domésticas. ”, na ocasião do dia internacional da Mulher em 2017. (MLAMBO-NGCUKA, 2017)

Essas desigualdades se relacionam com a história do acesso da mulher a educação, a escola pública começou a aceitar mulheres somente no século 19, mesmo assim encontrava resistência por parte dos pais pelo medo de que as mulheres que estudassem não fossem boas esposas e mães. Para possibilitar a educação da mulher foram criadas aulas de trabalho manual e o magistério primário como ocupações para as mulheres. (GODINHO, et al., 2006.)

Se esconde além do machismo, uma visão de ser humano apenas como fonte de lucros e acumulação de capital, por trás desse mercado de trabalho que segrega. Que enxerga o ser humano como uma máquina que deve ser usada para produzir e gerar lucros.

Nessa corrida por obtenção de capital e vantagens, onde a mulher já começa em desvantagem, procurando maior qualificação técnica para tentar acompanhar e o homem visto como um ser mais produtivo que a mulher, sendo oferecidas a eles melhores oportunidades, colaborando ainda mais para a continuidade dessa exclusão e exploração.

No contexto de desigualdades salariais e segregação profissional ainda existentes e analisando o panorama local do IFG, levanta-se a questão, há igualdade entre os sexos no acesso ao IFG nos anos de 2008 a 2018? Para contribuir com essa discussão será feito um levantamento de dados históricos sobre o acesso das mulheres à educação no Brasil e um levantamento de dados quantitativos sobre os ingressos no IFG de 2008 a 2018.

Sobre a educação e a divisão no mercado de trabalho:

A educação é reconhecida por envolver todas as dimensões do ser humano: o *singulus*, o *civis*, e o *socius*. O *singulus*, por pertencer ao indivíduo como tal, o *civis*, por envolver a participação nos destinos de sua comunidade, e o *socius*, por significar a igualdade básica entre todos os humanos. A disseminação da educação e a universalização da educação de qualidade, como direito à cidadania e aquilo que um dia Kant considerou como uma das condições “da paz perpétua”: O caráter verdadeiramente

republicano dos Estados que garantem este direito de liberdade e de igualdade para todos, entre outros. (CURY, 2002)

Segundo os dados da PNAD 2004, o salário das mulheres é em média 30% menor do que o dos homens apesar delas mulheres estarem entre as pessoas com mais anos de estudo. Em 2016 o principal dado analisado no Global Gender Gap Report, o Relatório da Desigualdade Global de Gênero publicado pelo Fórum Econômico Mundial, mostra que por mais que as mulheres possuem um acesso igual ou até maior que os homens à educação, recebem um salário 42% inferior. Segundo o relatório, 93% das mulheres brasileiras são alfabetizadas, contra 92% dos homens. Apenas 40% dos homens cursavam o ensino superior contra 53% das mulheres.

Apesar de a Constituição de 1988, em seu art. 5º, I, assegurar a igualdade de direitos e de deveres entre homens e mulheres, e proibir, no art. 7º, inciso XXX, diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor e estado civil, o que vemos na prática ainda é o oposto.

As mulheres apesar de possuir as mesmas competências, habilidades e ter a mesma capacidade de assumir cargos de níveis estratégicos, sofre ainda com diferenças de salário, condições de trabalho e com os níveis hierárquicos que prevalecem dentro das organizações, seja por influência do sistema econômico e político ou social e cultural.

Ainda que ocupem o mesmo cargo e com mesma escolaridade tem salários menores como demonstra uma pesquisa feita por uma empresa de currículos online feita com mais de 164 mil respondentes em que demonstra que em cargos de gerencia o homem pode ganhar até 51% a mais do que as mulheres ganham. (CATHO ONLINE, 2010)

Questões como diferenças salariais, chances de crescimento, reconhecimento e absorção no mercado de trabalho ainda são marcos diferenciais entre homens e mulheres, o que nos remete a discussão das relações de gênero. Em conclusão de pesquisa realizada pode-se dizer que a segregação setorial por sexo e a discriminação aberta são os determinantes centrais, na atualidade, da desigualdade salarial. (LAPA, 2016)

Nos momentos de possibilidade de crescimento de carreira que se pode visualizar o fenômeno do ‘teto de vidro’ que Pires et al., (2010, p.83) define como “[...] uma barreira sutil e transparente, mas forte o suficiente para evitar a passagem das

mulheres aos níveis hierárquicos mais elevados nas organizações onde trabalham”. Segundo Steil (1997) é um processo sutil, que impede a mulher de alcançar avanços profissionais em função do sexo formando uma barreira discreta e intransponível como o vidro, daí o termo.

A separação de homens e mulheres, em determinadas profissões é um dos fatores responsáveis pela diferença salarial e ocupacional das mulheres. Apesar de receberem maior instrução escolar do que os homens e a discriminação por motivo de sexo ser proibida por lei, as mulheres continuam excessivamente concentradas em ocupações consideradas femininas. Profissões assistenciais, que reproduzem o patriarcado na sociedade e família, destinando o trabalho do lar predominantemente para as mulheres, lhes conferindo os cuidados com os filhos e os afazeres do lar, e ao homem, o sustento econômico.

Esse pensamento se reflete no mercado de trabalho como estereótipos negativos, apontando características femininas, justificando a destinação de cargos aos quais elas estariam mais aptas ou menos aptas, por exemplo: desqualificá-las aos cargos de direção e chefia por terem resistência a supervisionar o trabalho alheio, ou afastar as mulheres da engenharia, arquitetura, matemática, estatística, entre outras por supostamente terem menor facilidade para ciências e matemática, menor disposição para viagem ou dedicação exclusiva ao trabalho, por terem os afazeres domésticos e filhos para cuidar, menor força física afastando as de funções como bombeiro, policial, vigilante ou trabalhos que requerem força bruta. A disposição para cuidar de pessoas, que as qualifica para as ocupações de enfermeira, professora, assistente social, entre outras; maior agilidade manual, que as habilita para as funções de costureira, modista e mecánógrafa; maior destreza nas atividades desempenhadas no lar, que facilitam a utilização dessa mão de obra nos bares, hotéis, restaurantes, salões de beleza, etc.; maior honradez, que contribui para sua qualificação em função de caixa, vendedora, e o aspecto físico que contribui para qualificá-la para as funções de recepcionista, secretária, etc. (BARROS, 2008).

Percebe-se que mesmo com a modernização, mudanças culturais e inovações tecnológicas e a eliminação das tarefas mais pesadas e insalubres, destinadas ao trabalho masculino, o trabalho feminino é definido muito mais pelo conteúdo ideológico, do que pela competência técnica.

Metodologia:

Para a constituição da referida pesquisa, primeiramente foi utilizada princípios estatísticos de análise quantitativa capazes de serem submetidos à verificação (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Em pesquisa ao Portal Brasileiro de dados Abertos encontrou-se o conjunto de dados utilizados empilhados em planilha no período de 2008 a 2018 com matrículas de alunos de todos os campi e cursos do IFG, durante a pesquisa foi verificado também dados de outros Institutos Federais para tornar a pesquisa mais abrangente, porém não foram encontrados. A amostra contém 44517 matrículas com as variáveis descritas no quadro 1.

Quadro 1 – Descrição das variáveis que compuseram o banco de dados.

Variável	Dados
<b>Câmpus</b>	14 câmpus e o Polo de Goianésia
<b>Ano letivo de Início</b>	2008 a 2018
<b>Período Letivo de Início</b>	0, 1 e 2
<b>Curso</b>	131 cursos ofertados pelo IFG.
<b>Modalidade</b>	Integrado, Integrado - EJA, Subsequente, Tecnólogo, Bacharelado, Licenciatura, Licenciatura Curta, Especialização, Mestrado Profissional e Mestrado
<b>Tipo de ensino</b>	Presencial e à Distância.
<b>Sexo</b>	M, F e I
<b>Nível</b>	Ensino Médio, Superior, Pós-Graduação Stricto Sensu e Pós-graduação Lato Sensu
<b>Renda per capita</b>	Rfp <= 0,5 Sm, 0,5 Sm < Rfp <= 1 Sm, 1 Sm < Rfp <= 1,5 Sm, 1,5 Sm < Rfp <= 2,5 Sm, 2,5 Sm < Rfp <= 3 Sm, Rfp > 3 Sm e Não Informado
<b>Etnia</b>	Preta, Parda, Amarela, Branca, Indígena e não informado
<b>Ano de nascimento</b>	Ano de Nascimento do Matriculado
<b>Situação de Matrícula</b>	Concluído, Concludente, Evasão, Matriculado, Cancelado, Cancelamento Compulsório, Transferido Externo, Trancado, Jubilado, Formado, Transferido Interno, Aguardando Colação de Grau, Estagiário (concludente), Matrícula Vínculo Institucional, Falecido e Intercâmbio.

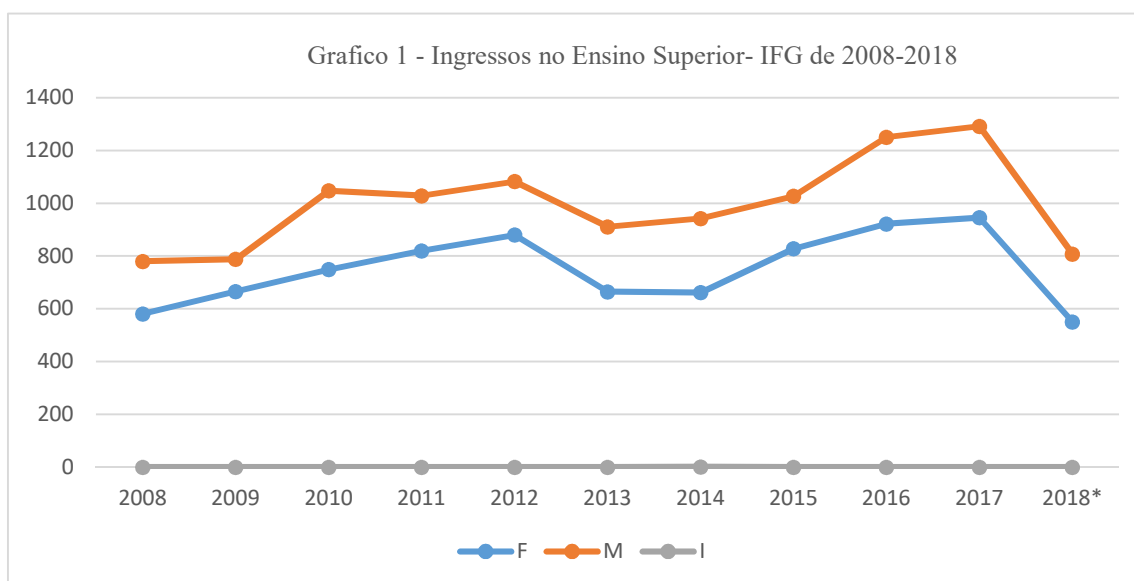
Fonte: Elaboração Própria.

Sobre a base de dados destaca-se a não informação de 17.717 matrículas na variável renda per capita e de 8.264 matrículas na variável de etnia.

## ANÁLISE DOS RESULTADOS

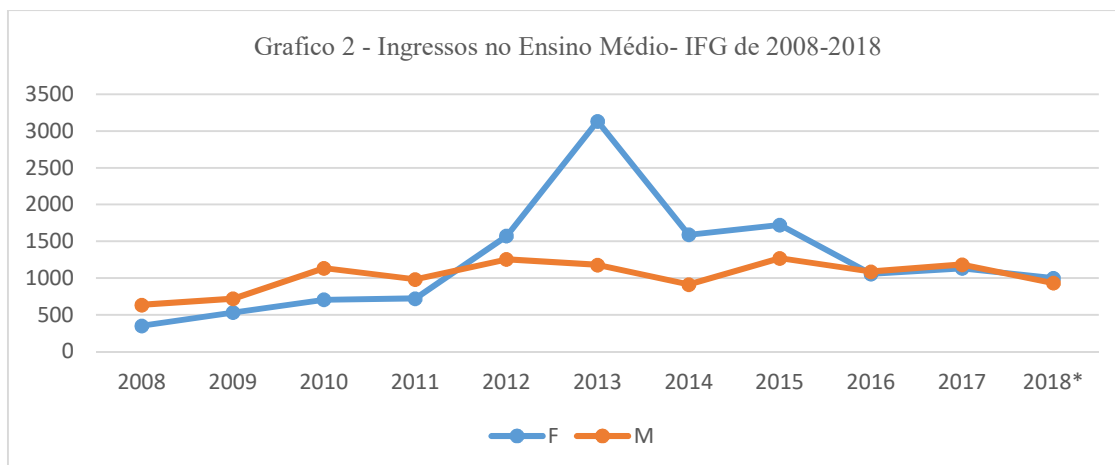
O gráfico 1 mostra a quantidade dos ingressos no ensino superior do IFG divididos em F para Feminino e M para masculino, o ano de 2018 houve menor número de matrículas, pois, a amostra foi coletada no primeiro período. No gráfico pode-se verificar que o número de matrículas masculinas é maior nos 11 anos analisados tendo como maior diferença foi no ano de 2017 em que as matrículas de mulheres são de

42,3% do total e a menor diferença em 2009 quando a matrícula de mulheres chegou a 45,8%.



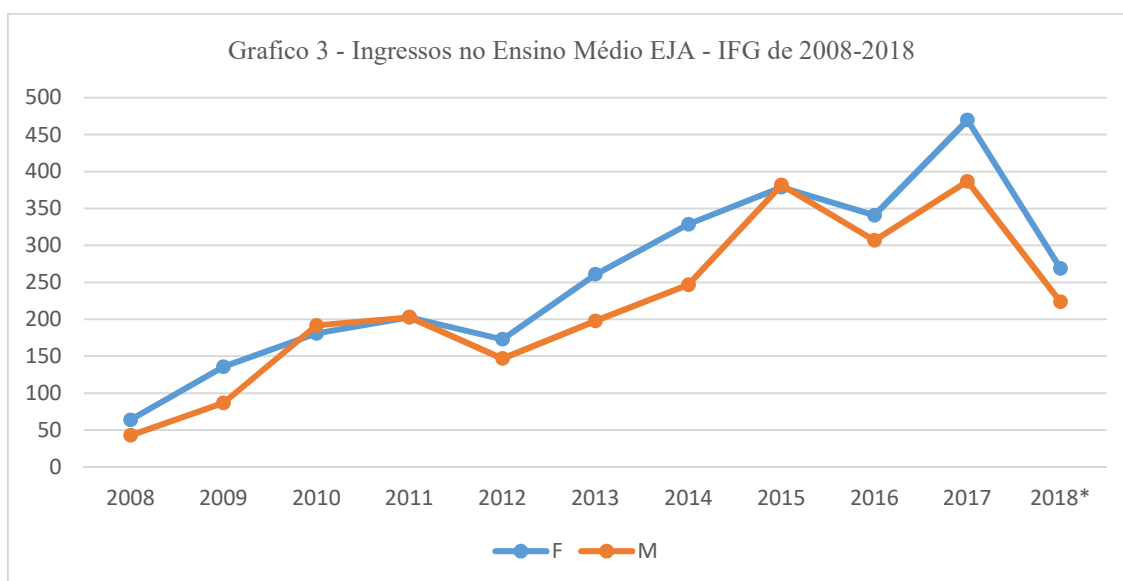
Fonte: Elaboração Própria.

O segundo gráfico demonstra em números absolutos os ingressantes no ensino médio do IFG os dados demonstrando que até o ano de 2011 havia maior número de matrícula de homens nos cursos de ensino médio do IFG a partir de 2012 com a criação dos cursos Técnico Integrado ao Ensino Médio em Secretaria Escolar –EJA (Educação de Jovens e Adultos), Técnico Integrado ao Ensino Médio em Panificação – EJA, Técnico Integrado ao Ensino Médio em Cozinha – EJA, Técnico Integrado ao Ensino Médio em Secretariado – EJA, Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Alimentação Escolar, Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Multimeios Didáticos, Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Secretaria Escolar e Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Cerâmica. Em 2013 ano com maior número de matrícula de mulheres o número de matriculados nos cursos citas foram de 2027 pessoas desses ingressos 1824 são do sexo femininos quase 90% dos matriculados. O ensino médio do IFG inclui as seguintes modalidades: Integrado – EJA, Integrado e Subsequente.



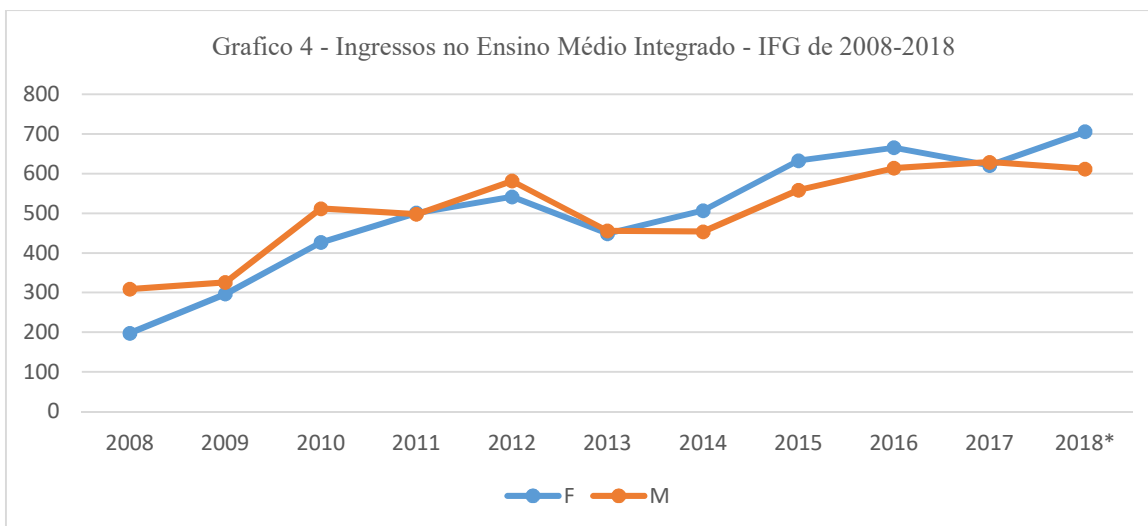
Fonte: Elaboração Própria.

Afim de entender o pico de entrada de mulheres em 2013 o terceiro gráfico mostra a entrada do ensino médio na modalidade EJA. Nessa modalidade de ensino há maior igualdade de ingressos entre os sexos também conta com um aumento, porém menor do que visto no gráfico geral do ensino médio nos anos de 2012 a 2015.



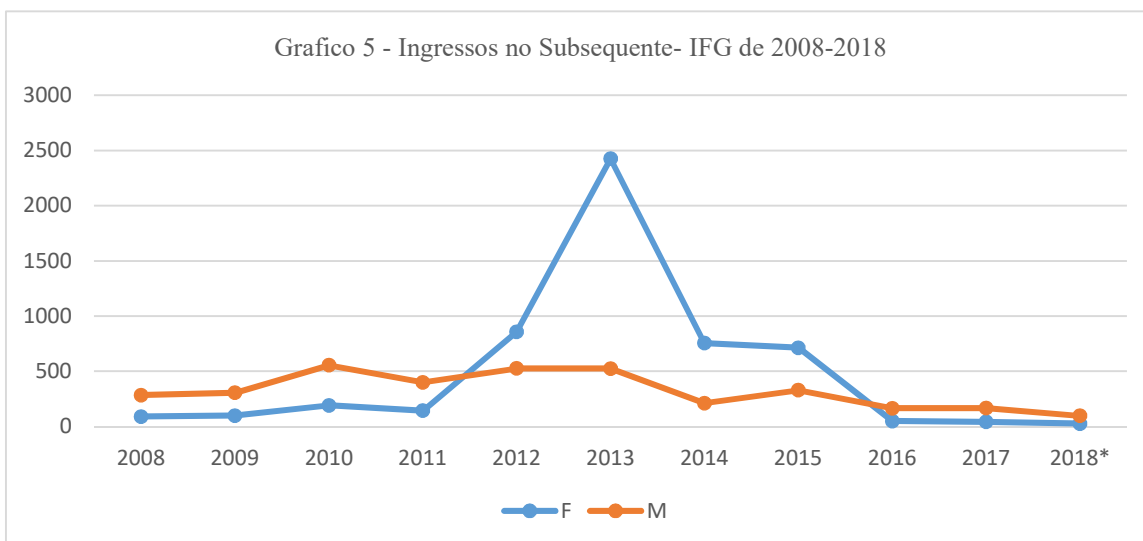
Fonte: Elaboração Própria.

Ainda analisando individualmente as modalidades de ensino médio ofertadas pode-se ver no gráfico 4 que o ingresso ao ensino médio integrado praticamente alcança a igualdade em três anos no decorrer dos 11 analisados, 2011, 2013 e 2017. Ao contrário do que verificado nas análises anteriores, do integrado – EJA e do ensino médio geral, não foi verificado um maior ingresso feminino em 2012 para o ensino integrado



Fonte: Elaboração Própria.

O Gráfico 5 que representa os ingressantes no ensino médio subsequente demonstra onde se concentra o maior ingresso de mulheres dos anos de 2012 a 2015, nos outros sete anos da análise a entrada de homens é maior, correspondendo até quase 80% das matrículas conforme Tabela 1. A maior quantidade de entrada feminina pode ser atribuída ao incremento no número de vagas nessa modalidade de ensino, considerando que o número total de ingressos em 2011 e 2013 era respectivamente de 544 e 2950 houve um aumento de 442% na quantidade de vagas. A seguir analisaremos especificamente a entrada nos anos de 2012 a 2015 no ensino subsequente..



Fonte: Elaboração Própria.

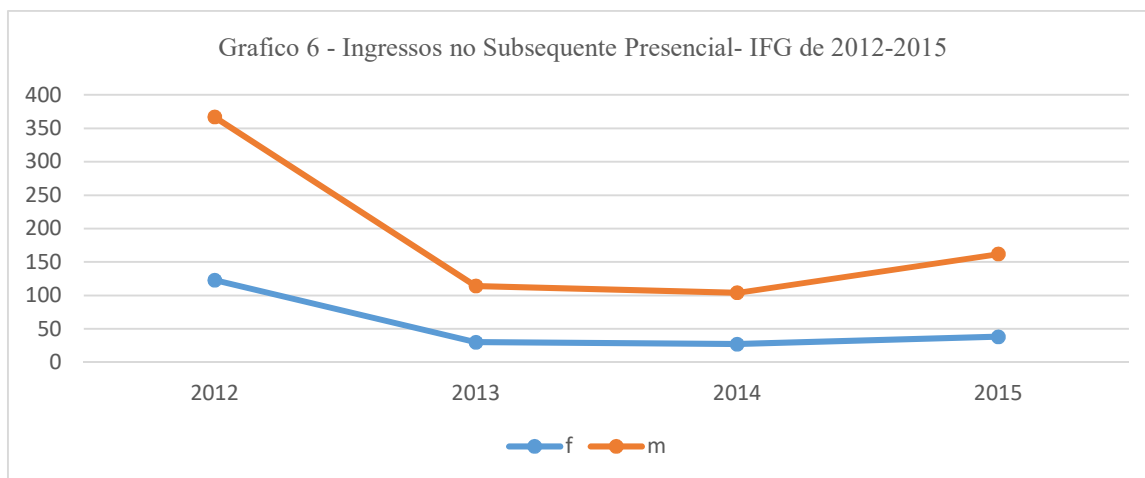
Tabela 1 - Ingressos no Subsequente em percentual - IFG de 2008- 2018

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
F	24,1%	24,4%	25,7%	26,5%	62,0%	82,2%	78,1%	68,4%	23,1%	20,1%	21,0%
M	75,9%	75,6%	74,3%	73,5%	38,0%	17,8%	21,9%	31,6%	76,9%	79,9%	79,0%

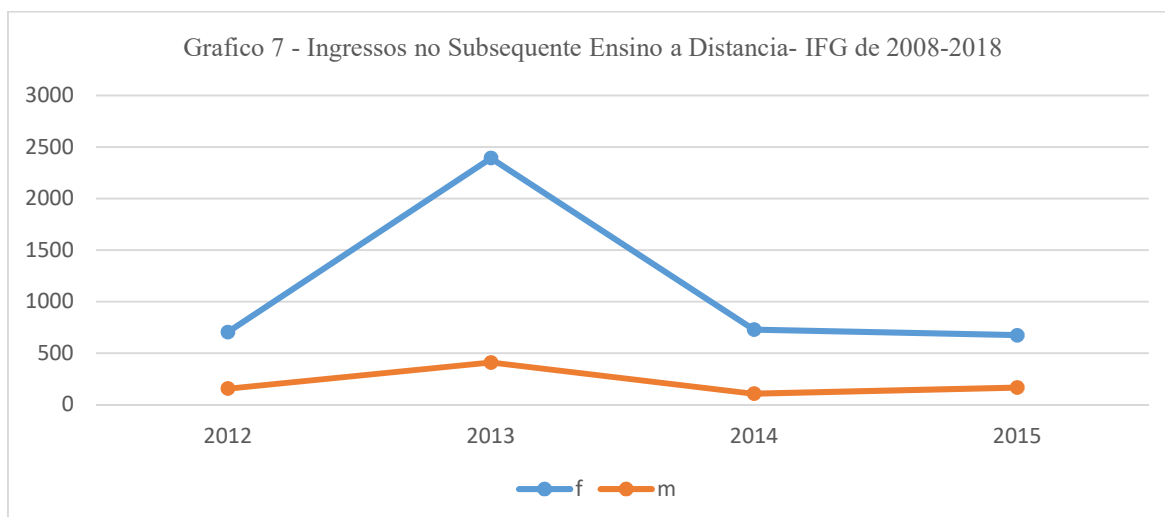
Fonte: Elaboração Própria.



Nos gráficos 6 e 7 dividem o ensino subsequente em presencial e a distância demonstrando que o maior ingresso de mulheres se deu na modalidade a distância enquanto a presencial é predominantemente masculina.

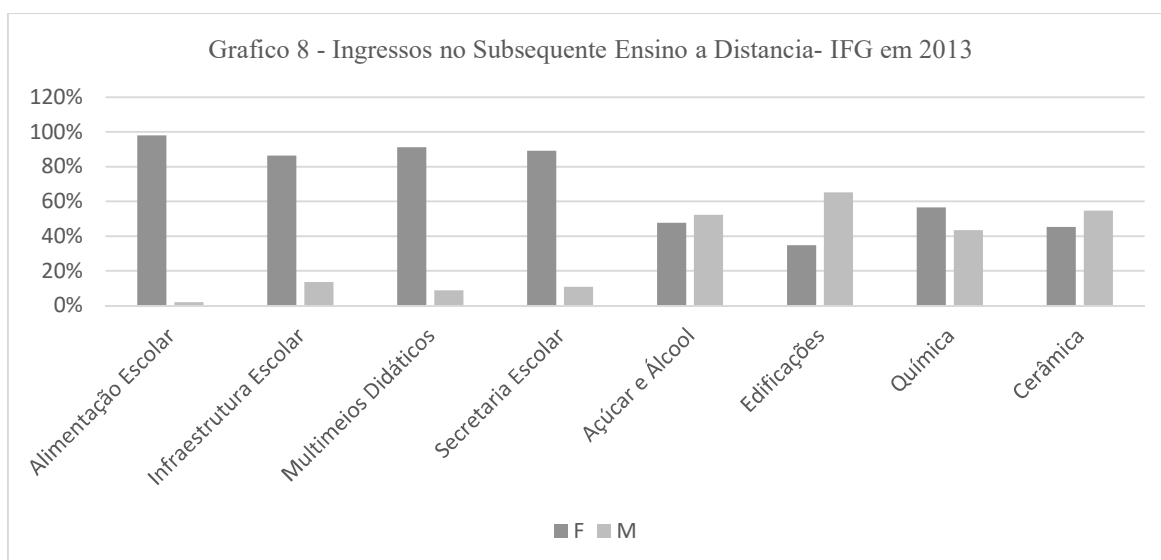


Fonte: Elaboração Própria.



Fonte: Elaboração Própria.

No gráfico 8 foi feito um recorte dos cursos a distância ofertados em 2013, para melhor análise do aumento do ingresso de mulheres, assim fica demonstrado que o aumento em 2013 se deu pela criação e ampliação de vagas dos cursos de Alimentação escolar, Infraestrutura escolar, Multimeios didáticos e Secretaria escolar, que teve entrada predominantemente feminina, enquanto o curso de edificação tem maioria masculina e os outros 3 seguem uma média próxima da igualdade.



Fonte: Elaboração própria

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo analisar a evolução da entrada das mulheres nos cursos do IFG no período de 11 anos. Ao examinar os gráficos elaborados podemos ver que a diferença no ensino superior se mantém praticamente constante no período analisado com maior matrícula masculina, chegando 57,7% das matrículas em 2017.

Realizada a mesma análise foi feita com os cursos de nível médio, porém foi observado um pico de entrada de mulheres em 2013, foram analisadas as modalidades de ensino a nível médio, Integrado – EJA, Integrado e Subsequente. No Integrado- EJA há uma igualdade na entrada com predominância feminina em cinco anos, no ensino integrado há entrada maior de homens até 2013 a partir daí maioria feminina até 2017 onde a ingresso masculino começa a crescer, no subsequente é onde se nota a maior parte do ingresso de mulheres, os homens seguem um nível maior de matrículas em sete dos onze anos analisados, mas o crescimento no número de matrícula feminina não diminui a matrícula masculina, que se manteve na mesma faixa, visto ao aumento no número de vagas e cursos na instituição.

Foi demonstrado também que a concentração de matrícula de mulheres nos cursos subsequentes se concentra nos cursos a distância, pois os presenciais têm maior matrícula masculina, segregando os cursos a distância ofertados em 2013 vemos a concentração de matrículas das mulheres nos cursos de Alimentação escolar, Infraestrutura escolar, Multimeios didáticos e Secretaria escolar, cursos que reforçam a visão patriarcal do ser feminino como cuidadora, auxiliadora e submissa.

Apesar de que as mulheres constituam a maioria populacional e ocupem um grande espaço tanto no mercado de trabalho quanto no mundo acadêmico, elas ainda vivem em uma constante batalha por igualdade. Neste sentido mesmo estando cada vez mais qualificadas e preparadas academicamente e profissionalmente, um dos principais desafios a serem superados é o estilo de trabalho patriarcal, onde as atividades de comandar, chefiar e liderar são atribuídas apenas aos homens, assim muitas mulheres não encontram o espaço desejado no mundo corporativo.

## REFERENCIAS

BARROS, A. M. de. Cidadania, Relações de Gênero e Relações de Trabalho. Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg., Belo Horizonte, v.47, n.77, p.67-83, jan./jun.2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, out 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em 18 maio 2018.

32ª PESQUISA SALARIAL E DE BENEFÍCIOS. Catho Online. Disponível em: <<https://www.catho.com.br/institucional/2010/09/pesquisa-salarial-da-catho-online-aponta-que-mesmo-pos-graduadas-mulheres-ainda-ganham-menos-que-homens/>>. Acesso em 16 maio 2018.

CAVAZOTTE, F. de S. C. N.; OLIVEIRA, L. B. de.; MIRANDA, L. C. de. Desigualdade de gênero no trabalho: reflexos nas atitudes das mulheres e em sua intenção de deixar a empresa. R.ADM - Revista de Administração, São Paulo – SP, v.45, n. 1, p. 70 -83, março, 2010.

CENSO IBGE 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2014. Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=1&idnoticia=2747&t=estatisticas-genero-mostram-como-mulheres-vem-ganhando-espaco-realidade-socioeconomica-pais&view=noticia>> Acesso em 17 maio 2018.

CURY, C. R. Direito à educação: Direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, pp. 245-262, julho de 2002.

FORUM ECONÔMICO MUNDIAL. The Global Gender Gap Report 2016. Disponível em: <<https://www.weforum.org/reports/the-global-gender-gap-report-2016>>. Acesso em 17 maio 18.

GODINHO, T. et al. Trajetória da Mulher na Educação Brasileira 1996-2003. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2006.

LAPA, T. de. Desigualdade Salarial por Sexo: Persistências, Transformações e Desafios. Revista da ABET, pag 127-137, 2016.

MICRODADOS PNAD. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2004. Disponível em <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/microdados.shtm>> Acesso em 16 maio 2018.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELNIKOFF, R. A. A.; MELNIKOFF, E. A. A. Professora, professorinha primeira profissão que legitima a mulher do século XIX(.pdf). In: IV Congresso Sergipano de História & IV Encontro Estadual de História da ANPUH/SE o Cinquentenário do Golpe de 64. Out, 2014.

MIRANDA, A. R. Um estudo sobre a dinâmica indenitária de professoras gerentes de uma Universidade Publica. PPGADAE/UFLA, 2010.

MLAMBO-NGCUKA, P. ONU no Brasil, mar. 2017. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/mulheres-ainda-enfrentam-desigualdade-no-acesso-a-empregos-e-educacao-diz-onu/>> Acesso em 16 maio 2018.

PIRES, F. M. et al. Gênero e as práticas de gestão nas melhores empresas para se trabalhar no Brasil. Gerais, Rev. Interinst. Psicol. [online]. 2010, vol.3, n.1, pp. 81-94.

RIBEIRO, A. I. M. Mulheres Educadas na Colônia. In: LOPES, Eliane M. T.; FILHO, L. M. de F.; VEIGA, C. G. (Orgs.). 500 Anos de Educação no Brasil. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000, p. 79-94.

STEIL, A. V. Organizações, gênero e posição hierárquica: compreendendo o fenômeno do teto de vidro. RAUSP, v.32, n.3, 1997.

TOMÉ, D. C.; QUADROS, R. dos S.; A educação feminina durante o Brasil colonial (.pdf). In: Anais da Semana da pedagogia da UEM, 1, 2012, Maringá.

VANTI, N. A. P.. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. Ciência da Informação, v. 31, n. 2, p. 152-162, 2002.